

A Dicotomia Marítimo *versus* Continental: uma Aporia Epistemológica da Geopolítica

António Horta Fernandes

Professor do Departamento de Estudos Políticos da FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Estrategista.

Resumo

O presente artigo pretende mostrar como uma das mais importantes teses da geopolítica clássica, a dicotomia entre potências marítimas e potências continentais, não tem sustentação nem histórica nem epistemológica para explicar os racionais e os fenómenos políticos condicionados pelo espaço. Nesse sentido alinham-se alguns dos materiais possíveis para a desconstrução da dicotomia, não sem antes escorar sucintamente o objeto da geopolítica, distinguindo-o tanto da geoestratégia quanto da geografia política.

Abstract

The Maritime Dichotomy versus Continental: an Epistemological Aporia of Geopolitics

This article intends to show how one of the most important theses of classical geopolitics, the dichotomy between maritime powers and continental powers, has neither historical nor epistemological support to explain rational and political phenomena conditioned by space. In this sense, some of the possible materials for the deconstruction of the dichotomy are aligned, not without briefly summarizing the object of geopolitics, distinguishing it both from geostrategy and from political geography.

“Se o homem não fosse nada senão um ser vivo inteiramente determinado pelo seu ambiente [...] os puros homens telúricos e os puros homens marítimos, pouco teriam a ver uns com os outros; coexistiriam sem qualquer referência mútua, e tão mais sem referência quanto mais puros fossem”
(Schmitt, 2008, p. 29)

Abertura

Encarar hoje a clássica dicotomia geopolítica entre potências marítimas e potências continentais implica olhá-la com ironia, incluindo as novas formulações em torno à ideia de Estado revisionista, que mais não fazem senão encobrir a velha terminologia do perturbador continental, e sobretudo lê-la à luz da geopolítica renovada. Contudo, não iremos neste artigo reler a velha dicotomia desconstruindo-a a par e passo em função de todas as renovações conceptuais e metodológicas da geopolítica, até porque em Portugal o trabalho teórico realizado por Pedro Pezarat Correia (2010) já acarta muitos materiais nesse sentido. O nosso empreendimento é de natureza epistemológica mais geral e segue de perto um trabalho previamente realizado (Fernandes, 2007). Convém, no entanto, deixar algumas palavras sintéticas sobre a natureza atual da geopolítica antes de prosseguirmos.

A geopolítica tem hoje uma expressão muito mais humanizada, senão mesmo mais humanista, e se os problemas de fronteira política não foram ultrapassados, nem nunca o serão enquanto existirem entidades soberanas, dotadas formalmente de plena majestade, carácter absoluto e discricionarieidade excecional para refazer o seu próprio espaço (desde logo físico) de imposição, não é menos verdade que os problemas colocados a essas soberanias condicionadas pela geografia no seu exercício, são sobretudo problemas políticos condicionados pela geografia humana, ou pela ecologia humana, isto é, pelo quadro ecossistémico inter-relacional onde a comunidade política exerce o seu mandato. Com efeito, a geopolítica pode definir-se como a ciência que tem por objeto o estudo do condicionamento geográfico da política, não necessariamente soberana.

De qualquer forma, a geopolítica nunca perdeu totalmente o seu aguilhão inicial: a sua dimensão conflitual sempre à espreita, e nisso se aproxima sem se confundir com a geoestratégia, uma vez que de todo o exercício político (interno ou externo)¹ atendeu sobremaneira àquele que tinha a ver com o uso do poder enquanto tal poder e, por conseguinte, com a luta pelo poder. É evidente que esta sua marca de

1 Embora a dimensão do condicionamento político do espaço ocorra naturalmente a nível interno, e a relação entre o interno e o externo seja cada vez mais dialética, não é menos verdade que a globalização acabou por uma vez mais projetar predominantemente o foco externo da geopolítica.

água inicial não perfaz hoje o cerne da geopolítica – pensemos na geopolíticas da paz –, nem sequer essa marca deve tramitar sem mais para o campo da estratégia (campo da hostilidade), uma vez que mesmo uma dinâmica da política, ou melhor, do poder enquanto tal e sem mais, tem a sua própria arquitetura interior, a sua própria modulação em função da geografia e em função da política no seu todo e dos próprios fins suprapolíticos – de que a comunidade política é curadora –, os quais não se reduzem à hostilidade, à estratégia, mesmo atendendo à ideia da estratégia como disciplina de fins, e como racionalidade social finalista.² Já para não referir em substância que a própria lógica interna de projeção de poder tenha também a ver com a imposição soberana e não necessariamente com pretensões digladiantes sobre a soberania, em particular, nas áreas de fronteira, ou em todos as áreas onde terceiros podem querer fazer valer a sua força em caso de esvaziamento ou tão simplesmente do menor raio de ação do poder político firmado.

Todavia, mesmo no seio de uma geopolítica renovada, importa não esquecer igualmente esse aguilhão acabado de referir e que se prende com a luta pelo poder, porquanto não só esse aguilhão é a tal marca de água que ainda resiste, mas sobretudo porque resiste legitimamente, se não queremos ver a geopolítica amputada de uma dimensão ainda hoje marcante, a do exercício do poder nu. Não é que isso nos satisfaça ou compraza o leitor, mas se o leitor quiser abraçar da geopolítica a novel dimensão humanista não pode fechar os olhos e fingir que não vê a realidade, deixando sem tratamento geopolítico uma dimensão quiçá ainda demasiado omnipresente. Para atingir um desiderato pacífico é igualmente necessário encarar sem rebuço aquilo que de pacífico nada tem.

Importa agora, uma vez que falámos em geoestratégia, e o problema da dicotomia geopolítica entre potências marítimas e potências continentais é também muito uma questão geoestratégica – a noção de potência está lá a indicá-lo – distinguir de forma breve a geopolítica da geoestratégia. A geopolítica, como já mencionámos, refere-se a toda ação política, mas sem que o seu acento tónico seja o da ação em

2 Essa racionalidade social finalista não é mais que a racionalidade social estratégica, a qual pode ser definida como “uma socialidade relativamente autónoma da racionalidade política da qual depende, uma expressão específica e singular da comunidade política face ao conflito hostil, em particular face à guerra, que por causa da excecionalidade desta última gera fins próprios, de carácter prudencial (dianoético), em ordem a responder, encaixar e apaciar, morigerando-a, a violência bélica. A racionalidade social estratégica, embora visando atingir os objetivos políticos que suscitam ou podem suscitar hostilidade por parte de uma outra vontade política, portanto, no âmbito de uma “violência razoável”, é antes de mais a resposta visceral do homem ao embate concentrado da violência bélica por esta ferir o seu ser primacial enquanto estado de paz (incluindo o cerne da esfera política). Pelo que o objetivo de fundo e profundo que perpassa através da gestão da violência é o bloqueamento e desarme último da guerra e não a vitória ou a negociação em si” (Fernandes, 2017, p. 409).

meio conflitual hostil. Por sua vez, a estratégia é envolvente da geoestratégia, enquanto a geopolítica não se resume a um mero conteúdo da política. Isto é, enquanto a geopolítica é uma disciplina e mesmo um saber autónomo – por razões que se prendem com o evolover da sua própria história³ –, ainda que pertença à área política e das Relações Internacionais, a geoestratégia é apenas uma forma do saber e do agir no campo estratégico, fundamental, é certo, porquanto as condicionantes geofísicas e geo-humanas são essenciais a qualquer manobra estratégica. Estamos, portanto, no campo da estratégia aplicada, do estratega. Campo esse, por mais importante que seja em termos práticos, dotado de um lugar específico no edifício estratégico, enquanto parte de um todo e nada mais; enquadramento hoje pacificamente aceite pelos estrategistas.

Por fim, umas quantas palavras ainda para distinguir geopolítica de geografia política. A diferença essencial reside no ângulo de análise. Para a geopolítica o estudo da decisão política condicionada pelo espaço é central. Já para a geografia política o eixo da análise é o levantamento de determinadas características espaciais físicas e humanas que influenciam o exercício da política, tal como influenciam o exercício de outras atividades, das quais cabe ao geógrafo indagar no âmbito da sua atividade científica. O mesmo é dizer que o ângulo de análise da geopolítica se centra na política, propondo-se atender às suas condicionantes geográficas, se quisermos, ecossistémicas, enquanto o geógrafo político se centra no espaço em si mesmo, o qual, naturalmente, tem repercussões políticas. É óbvio que esta separação se processa em termos ideais, porquanto a tangente entre as duas disciplinas é real e sempre o foi ao longo da história, mais curta, da geopolítica – não por acaso, e a título de exemplo, os geopolíticos da escola alemã foram em grande parte geógrafos; desde logo Haushofer.

A Dicotomia Geopolítica

Que a geografia influencie a política e a estratégia é um dado trivial e, não obstante, uma ferramenta científica útil para uso dessas disciplinas. Que se exacerbem os fatores geográficos, trazendo-os à absolutização já é uma outra coisa muito diferente. Ora, aquilo que nos interessa sobretudo é a absolutização de uma determinada tensão geográfica (dicotomizada), a qual coarta, em última instância, as diferenças geográficas nas suas coordenadas não só espaciais, mas igualmente temporais, acabando, na prática, por negar o condicionamento geográfico tão legitimamente pretendido.

Na verdade, terra, mar e ar, enquanto tais, bem como os contextos materiais e mentais das comunidades políticas e humanas em geral são fatores geopolíticos. Toda-

3 Acerca da forma como a geopolítica atingiu um estatuto científico logo na primeira metade do século XX, veja-se Korinman (1990).

via, o homem tanto pode ser apreciado como fator ou como agente, mas já o espaço por si mesmo, se não se quer aprisionar o sujeito livre e responsável numa malha determinista, deve ser lido no seu discriminativo enquanto fator e na sua globalidade como eventual ator se e só se conjugado com o homem, caso contrário o fundo ético restabelecido pelas novas abordagens geopolíticas perde-se. E seria estranho esse fundo ético definir a estratégia, uma disciplina imersa na conflitualidade hostil, mas nada ter a ver com a geopolítica, a qual não se resume, como vimos, à dimensão da conflitualidade hostil – tentar enquadrar esse aguilhão geopolítico da luta pelo poder num marco ético é todo um caminho ainda por trilhar.

Pois bem, perceber em primeiro lugar se essa absolutização espacial se pode basear em características intrínsecas ao poder marítimo *versus* características do poder continental será o nosso primeiro passo. Lançando depois um olhar para a dicotomia em ação, ao melhor estilo do dualismo de ressonâncias gnósticas.

Maritimidade *Versus* Continentalidade

Importa averiguar se existe alguma substância mais ou menos trans-histórica para a dicotomia maritimidade/continentalidade, onde esta última se possa lastrar em porto seguro sobrevivendo às invernias de matizes que uma cláusula *caeteris paribus* resolverá a contento. Ainda que muitas vezes, é uma nossa suspeita, até as matizes se esqueçam. Trata-se de uma tarefa importante porquanto a dicotomia em causa perpassa pelo pensamento de importantes vultos geopolíticos, tais como Mahan, Mackinder, Haushofer, Spykman, entre outros, e inclusive um pensador tão marcante como o foi Carl Schmitt. Embora para este último, em *Terra e Mar*, a técnica hodierna e o aparecimento da 3.^a dimensão tenham feito cair a separação entre terra e mar – costura entretanto já renunciada pelo império marítimo britânico desenraizado do século XIX –, com base na qual se ergueu a dicotomia (Schmitt, 2008, pp. 88 e 97) – esta evolução schmittiana no sentido da compreensão de uma nova configuração universalista do espaço, sedimentada em *O Nomos da Terra*, não é necessariamente positiva para o pensador alemão, ao contrário, porque, segundo ele, tende a neutralizar o espaço e com ele a política (Herrero, 2007, pp. 105-110).

Todavia, iremos centrar a nossa análise na excelente síntese realizada por Políbio de Almeida das características de cada um dos polos da dicotomia, com base na monumental obra, em seis volumes, do historiador belga Jacques Pirenne, filho do famoso medievalista Henri Pirenne, intitulada *Les Grands Courants de l'Histoire Universelle*.

Segundo Políbio de Almeida, baseado em Jacques Pirenne, as características que permitiriam definir uma civilização marítima, designada por talassocracia, opõem-se àquelas que definiriam uma civilização continental, designada por epirocracia. As talassocracias são caracterizadas pelas suas manifestações de extroversão, vivem do contacto com outras civilizações, as suas culturas são um produto de sínteses

sucessivas fundadas na permuta de valores materiais e espirituais com outras culturas, configurando sociedades abertas, em prejuízo muitas vezes da coesão nacional. Geram o individualismo e a concorrência que, embora causando tensões, criam riqueza. O poder é descentralizado, tendendo para a tolerância e a democracia. A sua riqueza reside no comércio de bem perecíveis, permitindo uma grande mobilidade social. A sua expansão fez-se pelo contacto e deu lugar a um colonialismo com vocação emancipadora dos dominados. As suas relações com outros povos fizeram-se de forma mais harmónica, o que conjuntamente com a maior distância de civilizações desiguais, contribuiu para um melhor e mais rápido conhecimento do mundo.

As epirocracias, ao contrário, são introvertidas e arrogantemente ensimesmadas, recusando as aculturações com base num princípio de superioridade. Têm estruturas sociais altamente coesas e exclusivamente nacionais. São caracterizadas por um holismo intolerante, e nessa medida, o poder é centralizado e autocrático. A sua riqueza reside na terra, transmitida de forma rígida. O seu expansionismo é por conquista, com vocação final de incorporação do outro. A sua relação com o outro faz-se de forma rígida e próxima sem grandes aculturações mútuas.⁴

Não é muito difícil de constatar que esta teorização é quase a pedido de uma época porque, quanto mais não fosse, o sincretismo entre os termos cultura, civilização, povos, e sentido de coesão nacional jamais pode ter o rigor histórico ou sociológico que deveria caracterizar tão arrojadas afirmações. Será a época que começa com a génese da bipolarização mundial, os preâmbulos da Guerra Fria, mas também o cataclismo que nomeadamente a França e a Bélgica acabaram de atravessar às mãos de um agressor oriental, no caso, a Alemanha nazi. De resto, é mais uma vez, porque se trata de uma recorrência intersubjetiva histórica, o perigo de Leste que parece estar subjacente tanto à leitura de Políbio de Almeida quanto à de Pirenne, onde se baseia. Já a pretendida vocação universalista das talassocracias tende a “des-geografizá-las”, o mesmo é dizer, a espiritualizá-las como potências universais pneumáticas e logo não assoberbadas pela fixação centrípeta do terrunho. Seja como for, atente-se à tese, hoje inaceitável, de um colonialismo de vocação não imperialista mas emancipadora, vinda de um belga e sabendo do terrível flagelo que foi a colonização do Congo (Hochschild, 1998).

Apesar de tudo, e ainda que escorada nas idiosincrasias pessoais e na circunstância, no sentido orteguiano, do nosso historiador, poderia muito bem a tese ter alguma soltura, isto é, ser objetivamente aplicável a várias épocas e espaços diferenciados e em si mesma estar fortemente blindada.⁵ Todavia, e à parte a nossa

4 Cf. J. Pirenne, *Les Grands Courants de l'Histoire Universelle*, citado em Almeida (1990), pp. 142-143).

5 É visível a dívida para com Ortega y Gasset neste ponto, mas queríamos salientar sobretudo a notável obra de um cientista e epistemólogo, Michael Polanyi, irmão do célebre antropólogo

presunção de que não existe uma teoria, ou mesmo um sistema de crenças fortemente blindado e de aplicação trans-histórica, parece-nos também que a utilidade desta teoria como instrumento de análise, começando pelo seu teor nomotético, tem por si defeitos de sobra para poder servir suficientemente os seus propósitos.

É óbvio o excessivo generalismo da teorização proposta, não atendendo nem às diferenças históricas nem às diferenças antropológicas no espaço. E no seguimento disso mesmo, por uma das muitas ironias da história, não deixa de ser notável que o vocábulo definidor da maritimidade mergulhe na arcana prosa de Xenofonte relativa, afinal, a uma das civilizações menos marítimas que poderíamos encontrar, de acordo com as propostas de Pirenne, glosadas por Políbio de Almeida.

Ora, como mostram à saciedade Pierre Vidal-Naquet e Michel Austin, no mundo grego, incluindo Atenas, não havia nada que se parecesse a uma política ativa de expansão comercial, tal a visão negativa tida do trabalho para os gregos e o papel desempenhado pelos estrangeiros no comércio. As cidades gregas providenciavam unicamente uma política de importação em virtude da impossibilidade de realização do ideal autárcico da *polis* (Austin e Vidal-Naquet, 1985, cap. 6). Sendo esse mesmo desprezo pelo trabalho e pela atividade económica em geral que dizia da capacidade empreendedora dos gregos muito noutra sentido: na pilhagem por conquista militar, e na subjugação do outro, compatível com a liberdade própria (Austin e Vidal-Naquet, 1985, pp. 126 e ss.). Não devemos olvidar que Aristóteles chega a identificar os bárbaros com a ideia de escravo por natureza (Aristóteles, 2005, livro I, cap.VI, 6, 1255a), muito distante do carácter emancipador atribuído às civilizações marítimas.

O que fazer então: reequacionar a história grega à luz das teorias em causa? Ou, com maior bom senso, porque a Grécia Antiga tem igualmente uma longa história de aventura marítima e de frutíferas permutas culturais nela baseada, reequacionar a teorização em causa? O exemplo grego é significativo de como uma civilização utilizadora do mar, e que de alguma maneira o sente, é promotora de contactos baseados numa arrogância endógena, motivada por um não menor ensimesmamento.

É igualmente muito duvidoso que qualquer cultura, sobretudo se instalada num eixo geográfico relativamente central não seja um produto de sínteses sucessivas, de variegadas aculturações, queira ou não queira; e o que é isso de querer ou não querer? Os tecidos sociais não são mais ou menos permeáveis por estarem perto do mar, mas sim pela capacidade de resistência aos embates culturais, que por sua vez são fruto de múltiplos fatores, não sendo despidendo nestes a maior ou menor

económico Karl Polanyi, e a sua luta para que as idiossincrasias pessoais fossem positivamente consideradas em ciência, tanto no contexto de investigação como no de justificação (Polanyi, 1962).

capacidade epistémica de suportar em rede um acontecimento singular devastador, isto é, de não estarem apenas estruturados para uma vivência de próximo em próximo – é a problemática moderno *versus* pré-moderno.

Só por estas razões dizer que as talassocracias nos remetem para sociedades abertas é algo que tem de ser observado caso a caso. Por exemplo, relativamente à cristandade latina medieval, a desagregação dos poderes em unidades cada vez mais pequenas e a posterior e lenta reorganização dos poderes centrais é completamente estranha à problemática em discussão. Não parece ter qualquer sentido começar um estudo sobre a época por essa via, e, no entanto, ou a Cristandade Latina seria uma talassocracia, ou teríamos que postular um vácuo de talassocracias para a época, representando um vazio temporal nada compatível com a universalidade da teoria.

Louis Dumont aponta claramente o individualismo da época moderna e a correspondente ideologia individualista ocidental como fatores que explicam em parte o êxito da sua aventura civilizacional. O organicismo constringente dos chefados holistas jamais poderia levar a tão espantoso desenvolvimento (Dumont, 1992)⁶. Não vamos fazer aqui a análise crítica da gravidade desta tese, para mal ou para bem, nem nos referiremos às ambivalências da razão certificadora, moderna tão-somente apontar que o individualismo político moderno assenta na lógica soberana, no seu poder absoluto perpétuo e indivisível, indissociável da proclamação do estado de exceção, poder esse o único a permitir a dessocialização dos homens em comunidade e respetiva despolitização, transformados em átomos rivais e competitivos a mãos nuas face ao soberano (Fernandes, 2017, pp. 331 e ss.)⁷.

Aquilo que parece poder ser extraído do argumento maritimista, é o carácter inequívoco da aventura ocidental como realização talassocrática de Vasco da Gama ao almirante Nelson. Claro está que se parte de um dispositivo argumentativo favorável à modernidade, pois sendo as características da talassocracia um apanhado da ideologia moderna, não faria sentido que uma vinculação ao Bem, pneumático e não hílico, não assentasse igualmente no Bem. Pondo de lado, é certo, o papel

6 Também o grande historiador e homem de cultura que foi Pierre Chaunu retoma a mesma ideia mas voltando-a temporalmente muito atrás, às dificuldades estruturais que provocava na terra ocidental um escasso rendimento de esforço e um grande rendimento por área, promovendo e ao mesmo tempo exigindo uma grande concentração e troca de mensagens no espaço e no tempo e iniciativas várias para suprir o défice energético (Chaunu, 1984, pp. 549-563).

7 Que o estado de vigência normal da lei é um estado de inibição, de suspensão soberana da decisão e ação que lhe são próprias já o percebera Hobbes ao referir que “quando um costume prolongado adquire a autoridade de uma lei, não é a grande duração que lhe dá autoridade, mas a vontade do soberano expressa pelo seu silêncio (pois às vezes o silêncio é um argumento de aquiescência), e só continua sendo lei enquanto o soberano mantiver esse silêncio” (Hobbes, 2002, cap. XXVI, p. 218).

desempenhado pela Rússia no decorrer dos séculos XVII a XIX, o qual, segundo John Darwin, foi fundamental se não insuperável para a criação do “moderno sistema mundial, em substituição da antiga ordem mundial ‘oriental’ centrada na China” (Darwin, 2015, p. 149). Mas prescindindo desse caminho, não é menos verdade que o papel da França ou da cultura alemã foram também determinantes nessa aventura moderna. E não é menos certo que a França e a Alemanha assumiram não poucas vezes o papel designado por perturbador continental. Rebutar esse papel de charneira civilizacional, invocando a filosofia do idealismo alemão e em primeira mão Hegel para verificar que estamos enganados⁸, além de passar por alto a riqueza da dita filosofia, é motivo para replicar que basta olhar pelos olhos de Foucault (2013) para perceber nessa aventura o auspicioso desenvolvimento de tecnologias de disciplinarização e repressão. Obstar depois com a continentalidade francesa e o seu ressentimento é esquecer a Revolução Francesa, e por aí adiante, até se chegar à decisiva importância da União Soviética na vitória contra a Alemanha na Segunda Guerra Mundial, pressupondo a Alemanha como perturbador continental, Estado revisionista, quando a União Soviética não o seria menos, e atendendo a que teria sido uma conjugação de esforços, uma aliança mesmo entre a máxima continentalidade e a máxima maritimidade a salvar a situação. É claro que se pode objetar não ter sido o precipitado final muito melhor, pelo menos na Europa Oriental, mas então é porque estão envolvidas questões mais dirimentes que aquelas referenciáveis a uma suposta dicotomia geopolítica.

O absurdo a que nos votámos foi propositado para se esclarecer até onde pode ir o jogo gratuito e vão, numa palavra, a trapalhada, se enveredarmos decididamente pela teorização em causa.

Quanto à questão da tolerância e do liberalismo é tão óbvia a novidade histórica e espacial do mesmo, a sua contingência, que nos coibimos de considerações de todo desnecessárias. Relativamente ao expansionismo e à vocação para a emancipação trata-se certamente de um daqueles casos em que a defesa acérrima de uma tese pode levar involuntariamente à perda do mais preclaro bom senso.⁹

Por fim, o problema do desenvolvimento das relações harmónicas entre civilizações pode bem ter como contraponto a ideia de mar como fonte de percepção do mesmo,

8 Para uma cabal destruição da imagem de Hegel como o filósofo do autoritarismo prussiano, nacionalista e militarista, veja-se a magnífica biografia de Hegel da autoria de Terry Pinkard (2001).

9 Existe um exemplo notável na figura insuspeita de Teófilo de Braga, ao defender a posição de anterioridade de Portugal relativamente à sua fundação política. Afirmar Teófilo de Braga que “a península da Espanha está dividida pelos Pirenéus em duas vertentes, a oriental, ocupada pelos iberos, e a ocidental pelos lusitanos [...]” (Braga, 1985, p. 2). A defesa acrisolada da sua tese leva a que, no calor da refega, o erudito Teófilo de Braga perca o próprio sentido da realidade.

aniquilando as alteridades, ao obrigar ao mesmo padrão de soluções técnicas para o vencer, transmitindo ao competidor mais capaz a sensação filistina de ser cultural e civilizacionalmente superior.

No fundo, quer-nos parecer que Políbio de Almeida, via Pirenne, herda as teses bastante comprometidas de Mackinder com o poder britânico face à Rússia, e à hipotética ameaça que a expansão russa representaria para o império britânico no Oriente, mormente para a Índia. Está em causa a geomaquia de Mackinder sobre o pivô geográfico da história e sobre o *heartland*, em suma, sobre o perigo do poder oriental, terrestre, maléfico, profundamente terrenal, hílico, que a Rússia e posteriormente a União Soviética personificariam (Mackinder, 1981)¹⁰. Ora, o medo britânico à Rússia, se bem não tenha quase respaldo nos círculos oficiais inicialmente, desponta na opinião pública de forma mais consistente em 1828, sublinhando o perigo representado pela conquista russa do Cáucaso, e a pressão sobre a Pérsia e o Afeganistão, porta eventual para a Índia. Pese embora a ameaça que a Rússia representava para os interesses britânicos fosse quase mínima, ou em geral despreciada, a Grã-Bretanha não foi imune aos medos e fantasias criados sobre a Rússia na Europa, sobretudo depois da vitória sobre os exércitos napoleónicos. A guerra da Crimeia veio exponenciar de forma assustadora esses medos que, com altos e baixos, chegaram aos dias de hoje, e naturalmente não terão sido estranhos a Jacques Pirenne e a Políbio de Almeida¹¹.

Fecho

Afinal de contas, o problema não resulta da impossibilidade de aplicação em ocasião alguma da dicotomia maritimidade/continentalidade. Se ela foi ensimesmada e incorporada nos raciais dos mais altos decisores, não há outro remédio se não tê-la em conta para efeitos de investigação na geopolítica e geoestratégia dos factos contemporâneos; nem sequer está em causa que para períodos específicos e em circunstâncias do mesmo quilate, o seu uso não possa aclarar alguma coisa. Aquilo que parece verdadeiramente suspeito é a sua utilização *illo tempore*, sobretudo se fundamentada numa argumentação cerradamente nomotética e no limite arregimentada à volta de pontos ora demasiado generalistas, ora tendendo para o absurdo, porque totalmente descontextualizados.

10 A obra em causa de Mackinder, *Democratic Ideals and Reality. A study in political reconstruction*, corresponde à visão do autor de 1919. A edição por nós utilizada contém, no entanto, o estudo pioneiro "The Geographical Pivot of History", de 1904, bem como, a última reflexão, mais otimista, dado a emergência mundial do poder militar norte-americano, "The Round World and Winning of the Peace", de 1943.

11 Veja-se sobre este ponto Figes (2012, pp. 99, 129-130, 141 e ss.), mas também Roca Barea (2017, pp. 93 e ss.).

Existe quase uma indómita vontade de questionar, quando o bom senso, que não é coisa para a qual haja uma matriz, parece esboroar-se, se estar junto ao mar ou estar em terra firme modifica alguma coisa? Donde vem a influência, do composto designado por água, do cloreto de sódio? Mas não é preciso entrar no mesmo jogo de absurdos, caso o valor probatório das afirmações dicotômicas seja submetido a uma fortíssima cura de humildade, tanto hermenêutica quanto factual.

Muito também gostariam os antropólogos culturais e os psicólogos sociais de tornar incontornável a belíssima sugestão de que o existencialismo teológico de consciência dilacerada, próprio do ascetismo protestante norte europeu e resumido em Kierkegaard, é inaplicável a uma antropologia religiosa dos povos cristãos meridionais, desfrutando amplamente de sol, mulheres e vinho. A sugestão por maior dose de evidência probatória que venha a ter não é incontornável, porque nada permite torná-la central no pensamento de Kierkegaard, mesmo que seja o seu fator mais omnipresente, nem aplicá-la sem mais por contraste aos povos do Sul, porquanto não resume nem de perto o pensamento exportável do dinamarquês, ou as características dos povos meridionais, afinal a razão da extrapolação.

A moral da estória é bem evidente: não há forma de conformar no seio da geopolítica quase tudo a uma (muitíssimo raramente) sugestiva dicotomia, mesmo quando habilmente manejada em contextos muito específicos.

De resto, quando os homens se imaginam tão puros, ou ensimesmam serem tão puramente de um meio, aludindo à epígrafe de Carl Schmitt, acabam num tropel de fúria e cólera em que não poucas vezes aprendem a matar bem mais do que pensam.¹²

Bibliografia:

Almeida, P., 1990. *Do Poder do Pequeno Estado. Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. Lisboa: ISCSP.

Aristóteles, 2005. *Política*. Edición de Pedro López Barja de Quiroga y Estela García Fernández. Madrid: Istmo.

Austin, M. e Vidal-Naquet, P., 1985. *A Economia e a Sociedade na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70.

Braga, T., 1985. *História da Literatura Portuguesa*, Vol. I. Mem Martins: Europa-América.

12 A alusão, está bom de ver, é ao verso da letra de Sérgio Godinho, “aprendi a matar bem mais do que penso”, da canção *Aprendi a Amar*. Sendo esta uma das canções convencionalmente ditas de amor do poeta e cantautor, dá bem a medida, por irónico contraste, onde pode levar um amor equivocado, desde logo no seu objeto.

- Chaunu, P., 1984. Conclusão. Em Pierre Léon, dir., *História Económica e Social do Mundo*, Vol. I, Tomo II. Lisboa: Livraria Sá da Costa, pp. 549-563.
- Correia, P. P., 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Coimbra: Almedina. 2 Vols..
- Darwin, J., 2015. *Ascensão e Queda dos Impérios Globais 1400-2000*. Lisboa: Edições 70.
- Dumont, L., 1992. *Ensaio sobre o Individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*. Lisboa: Dom Quixote.
- Fernandes, A. H., 2017. *Livro dos Contrastes. Guerra e Política. Homo Strategicus III*. Porto: Fronteira do Caos.
- Fernandes, A. H., 2007. Reflexões sobre uma Dicotomia Geopolítica, *Geopolítica*, n.º 1, pp.113-144.
- Figes, O., 2012. *Crimeia. La primera gran guerra* [trad. espanhola]. Barcelona: Edhasa.
- Foucault, M., 2013. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. Lisboa: Edições 70.
- Herrero, M. L., 2007. *El Nomos y lo Político: la filosofía política de Carl Schmitt*, 2.ª Edición. Barañáin (Navarra): EUNSA.
- Hobbes, T., 2002. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*, 3.ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Hochschild, A., 1998. *King's Leopold Ghost: a story of greed, terror and heroism in colonial Africa*. Nova Iorque: Mariner Books.
- Korinman, M., 1990. *Quand l'Allemagne Pensait le Monde. Grandeur et décadence d'une géopolitique*. Paris: Fayard.
- Mackinder, H. J., 1991. *Democratic Ideals and Reality. A study in political reconstruction*. Westport-Connect: Praeger.
- Pinkard, T., 2001. *Hegel: a biography*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Polanyi, M., 1962. *Personal Knowledge. Towards a post-critical philosophy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Roca Barea, M. E., 2017. *Imperiofobia y Leyenda Negra. Roma, Rusia, Estados Unidos y el imperio español*, 2.ª Edición. Madrid: Siruela.
- Schmitt, C., 2008. *Terra e Mar: breve reflexão sobre a história universal*. Lisboa: Esfera do Caos.